

RECURSO ESPECIAL Nº 1.711.031 - MG (2017/0298802-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : THOMAZ BARBOSA SARMENTO MARTINS E OUTRO(S) -
MG096276
PAULO ANDRE ROHRMANN - MG004541N
RECORRENTE : MASSA FALIDA GRANDE CAPITAL VEICULOS LTDA
ADVOGADOS : FABIANO CORDEIRO COZZI - MG068008
RENAN KFURI LOPES - MG042150N
RECORRIDO : OS MESMOS
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : FERNANDA BARATA DINIZ E OUTRO(S) - MG076833

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ITAU UNIBANCO S.A, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, seguimento ao Recurso Especial, que determinou a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/2009, na condenação imposta ao recorrente solidariamente com o Estado de Minas Gerais, dentre outros pontos.

Com efeito, uma das teses apresentadas pelo recorrente, relativa à formma de cálculo dos juros de mora, teve repercussão geral reconhecida, pelo Plenário do STF, nos autos do Recurso Extraordinário 873.947/SE, Relator Ministro LUIZ FUX, em que se discute a "validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009" (Tema 810).

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal deferiu o efeito suspensivo aos Embargos de Declaração opostos com a finalidade de modulação dos efeitos do julgamento do RE 870.947/SE, por entender que a aplicação imediata do **decisum** embargado pelas instâncias **a quo** poderia ensejar a realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às finanças públicas.

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

"DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ARTIGO 1.026, § 1º, DO CPC/2015.

DEFERIMENTO" (EDcl no RE 870.947/SE, Rel. Ministro Luiz Fux, DJe de 25/09/2018).

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, III, do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o Agravo em Recurso Especial fique sobrestado até o julgamento definitivo do Tema 810 pelo Supremo Tribunal Federal e, após, seja submetido a julgamento na forma do art. 1.040 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora

